

Foi-me encomendada uma contribuição para este painel sobre *Portugal e os Portugueses – Perspectivas do Século XXI*. Ao convidar um historiador a apontar o caminho a seguir no futuro parece-me que os organizadores correram um risco tremendo; ao aceitar fazê-lo, e fazê-lo nesta companhia, parece-me que corri um risco ainda maior. Corri-o, porém, descendo da “torre de marfim” da academia, e voltando o meu olhar do passado para o porvir, porque me parece chegada a hora, na situação em que Portugal se encontra, de precisar aquilo em que acredito necessário para o bem do país: de compor, por outras palavras, o meu “manifesto”. Apresento no fim da comunicação algumas políticas concretas: nenhuma me parece ser original, mas creio que são importantes. Porém, o que me parece realmente urgente é efectuar uma mudança de atitude em cada Português – e para que isso aconteça, são necessárias algumas mudanças estruturais, e sobretudo um exemplo vindo de cima, que até agora tem faltado – um exemplo de união, de resolução, de sacrifício e de confiança.

Há semanas, no jornal *Público*, coloquei a actual crise financeira na sequência de outras semelhantes que, na nossa atribuladíssima história contemporânea, forçaram uma mudança de rumo: 1890-91, com o ultimato britânico a ser seguido pela bancarrota; a longa agonia da Primeira República, seguida da balbúrdia dos primeiros anos da ditadura militar; a estas poderia ainda juntar o beco sem saída do marcelismo. Foram essas crises ultrapassadas, em parte, porque existiam caminhos alternativos, “grandes ideias” que se afiguravam suficientes para resolver as dificuldades que o país enfrentava e que davam, por isso mesmo, um mínimo de confiança aos Portugueses (ou pelo menos aos Portugueses que tinham a noção dos problemas com que se deparava o país). No fim do Século XIX, desenhava-se a possibilidade de um regime republicano capaz de libertar as forças atrofiadas da nação: mas mais importante ainda era a promessa das riquezas contidas nas colónias africanas, finalmente a ser exploradas, “pacificadas”, e delimitadas por homens como Mouzinho e Paiva Couceiro. Em meados dos anos 20, depois de Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

anos de caos político, da intervenção na Grande Guerra e da Revolução Russa, o caminho apontado para Portugal passava ainda pelas colónias, mas, e sobretudo, por uma reorientação conservadora do país, usando o corporativismo e o nacionalismo para acalmar ânimos, pôr cobro à luta de classes, e levar os Portugueses a viver habitualmente. Essa fórmula, posta em prática por Salazar, revelou-se infrutífera. Nos primeiros anos da década de 70, com o projecto reformista de Marcelo Caetano paralizado por três guerras sem fim em África, as alternativas eram duas, estando o mundo dividido em dois campos ideológicos: uma alternativa à esquerda, que pareceu tomar a dianteira após o 25 de Abril, com a promessa da divisão egalitária da riqueza nacional e outra, que apontava a democracia liberal, e uma economia de mercado, como o caminho a seguir, de forma a atingir a nova grande meta salvadora – a adesão à C.E.E. Triunfou a segunda, preservando porém, no ADN do novo regime – a sua Constituição – parte do programa da primeira. Foi um preço político elevado que se pagou para assegurar a transição da Revolução de Abril para uma democracia ocidental, pois criaram-se expectativas muito altas em torno dos benefícios sociais que seriam garantidos pelo novo regime.

Eis-nos portanto transformados em democracia parlamentar, pela primeira vez na nossa história, e eis essa democracia em funcionamento ininterrupto há quase quarenta anos, sem qualquer interferência extra-constitucional. Não se vislumbram alternativas a este princípio basilar da nossa organização política. Eis-nos membros não já da C.E.E., mas antes da sua herdeira, a União Europeia, a maior potência económica mundial, representados ao mais alto nível em todas as suas instâncias; eis-nos contando os nossos rendimentos não em Réis, ou Escudos, mas sim em Euros, divisa partilhada com as mais fortes economias do continente europeu. O caminho apontado após o 25 de Abril foi seguido; a transição de potência “pluricontinental” para nação unicamente europeia foi aparentemente concluída com sucesso. Porém, eis-nos, tal como em 1891, incapazes de pagar o que devemos, de produzir o que precisamos e esforçando-nos constantemente para nos mantermos a par dos avanços Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

que se fazem no estrangeiro, em vez de ditar esses avanços. Pior: estamos numa situação que o país já enfrentou antes, mas agora sem uma “ideia nova” que prometa revolucionar a nossa situação. A democracia veio para ficar; as colónias já lá vão; e onde nos foi prometida a solidariedade entre parceiros europeus, encontramos agora reservas e desconfiança. Os fundos transferidos para Portugal pela C.E.E., numa primeira fase, serviram, tal como o condicionamento industrial do salazarismo, para preservar o que existia, não para preparar o país – e sobretudo os Portugueses – para uma reinvenção que nunca verdadeiramente se deu. Os horizontes de muitos foram alargados, sem dúvida: mas a importância atribuída ao bom governo do país – a responsabilidade política de cada cidadão – não foi substancialmente alterada. Veio depois um alargamento impossível de prever, tal como o ruir da URSS que o tornou possível, quando Portugal aderiu à C.E.E. – e, ao que parece (tendo em conta a actual conjuntura europeia) os fundos europeus cedo começarão a abrandar – para não falar nos fundos disponibilizados nas últimas Perspectivas Financeiras que ainda não foram aproveitados.

Se estamos aqui reunidos para discutir as perspectivas para Portugal e os Portugueses no Século XXI – se estamos reunidos para discutir o futuro de Portugal e dos Portugueses – é porque apesar de tudo o que se passa neste país há alguns anos, e apesar das consequências da globalização, impossíveis de prever, continuamos a acreditar nesse futuro; que o podemos acautelar, de forma a garantir uma vida melhor para os Portugueses. Mas essa nossa crença – e uso essa palavra em vez de “opinião”, por ser menos racional – de nada valerá se não for partilhada pelos Portugueses em geral. E pedir sacrifícios a indivíduos, a famílias, a toda uma população, para se salvar uma ideia – mesmo sendo essa ideia o país a que pertencem – nunca será fácil, e não sei se será ainda possível. Confesso que não sei como se transmite a urgência que penso neste momento existir quanto a uma mudança generalizada de atitude, e de rumo: e receio o dia em que se faça essa tentativa, pois Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

preocupa-me a possibilidade de fracassar, e o que se seguirá a tal fracasso.

Creio que há, perante um país em crise, duas atitudes filosóficas possíveis, e igualmente válidas. A primeira é a de que não tendo sido consultado sobre o meu nascimento, sobre a minha família, e sobre a minha nacionalidade, devo atribuir lealdades apenas em função do meu interesse imediato. Se o meu país já não é um veículo através do qual o meu *enlightened self-interest* possa ser realizado, então deixa de ter, para mim, valor. E, em boa verdade, já não estamos presos ao país como gerações anteriores estavam: podemos movimentarmo-nos dentro do espaço europeu sem nenhuma dificuldade; dependendo das nossas habilitações linguísticas, académicas e profissionais, podemos oferecer os nossos talentos, e ser por eles recompensados, como nunca dantes sucedeu, em qualquer parte do mundo. A globalização recebe a todos de braços abertos. Não faltam exemplos de Portugueses cujo sucesso tenha sido reconhecido, e recompensado no estrangeiro. Porque não seguir-lhes as pegadas? Porquê ficar preso a este pequeno naco de terra? Ou porquê insistir numa independência que nunca assegurou, ao longo dos séculos, a prosperidade e bem estar de todos os Portugueses, e continua a não fazê-lo hoje?

A outra posição, menos fria e racional, mas na qual ainda me revejo, assim como, creio, grande parte dos Portugueses se revê, é a de que abandonar o país à sua sorte seria uma abdicação das nossas responsabilidades: responsabilidades essas que são difíceis de precisar, mas que sentimos como um dever. Mais do que uma entidade legal, ou do que uma mera abstração, representa o país um legado que passa de geração para geração: um legado humano, territorial, ecológico, patrimonial e cultural. Herdamo-lo, cuidamos dele, melhoramo-lo, transmitimo-lo. Sei que é uma noção antiquada; sei que foi usada para justificar todo o tipo de abusos durante o Estado Novo, cujos líderes a empregaram como argumento contra a observância de direitos políticos e humanos, subordinados que estavam estes aos direitos da Nação como Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

concebida por Salazar. Sei também que há muitos Portugueses recentes, oriundos de muitos pontos do globo, que não se enquadram ainda neste processo de transmissão. E não tenho ilusões sobre os oito séculos da existência de Portugal: têm a nossa história de ser aceite como ela foi, não como podia ou devia ter sido. Não sou nacionalista, e vejo no nacionalismo uma calamidade para a Europa e todo o mundo. Mas é através dessa noção de legado que entendo o que é um país; é ela que me impele a pensar que é necessário agir para mudar o rumo a Portugal. Porque se um país não for isto, então não é nada, e sem país menos seremos nós: grande parte da nossa identidade, do nosso sentimento de pertença ao mundo, está preso ao nosso país. Poderá não ser assim em todas as partes do mundo, mas é o na Europa, apesar da União, e é-o em Portugal.

Portugal é o património coletivo dos Portugueses; devemos cuidar dele como uma família cuida do seu próprio património. E como em qualquer família que se preze, transmitir um bom nome deverá ser a primeira prioridade. Os nossos erros não devem ser expiados pelos nossos filhos e netos; as nossas dívidas não devem ser pagas por eles. Temos de ser nós a saldá-las, e o mais depressa possível. Bom nome; responsabilidade; amor próprio: traves-mestras de uma cidadania que urge reconstruir. O primeiro passo é pois saldar as dívidas que temos, e reduzir os nossos encargos no futuro, aprendendo a viver com os meios de que dispomos, mas esforçando-nos sempre por alargar estes meios. Não quer isto dizer que não se procure negociar a melhor solução possível com os nossos parceiros europeus para a situação financeira em que nos encontramos. E não estou a fazer a apologia da pobreza, como outros a fizeram no passado – longe disso; faço a apologia da dignidade do Estado, sendo este a organização política de todos os Portugueses; faço, por isso, a apologia da nossa dignidade colectiva – mas esta não pode ser atingida se não se encetar, simultaneamente, uma demanda pessoal de dignidade, de seriedade e de responsabilidade por parte de cada um de nós.

Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

Para pagar o que devemos, e reduzir os montantes que pedimos emprestados com uma regularidade alarmante, temos de gastar menos e produzir mais, enquanto indivíduos e enquanto país. Não deverá limitar-se este esforço às circunstâncias em que nos encontramos neste momento, mas tornar-se uma forma de vida. A verdade é que estamos onde estávamos há um século, mas que somos agora forçados a encontrar soluções por nós mesmos, num mundo completamente diferente, que já não é dominado física, cultural, e economicamente pela Europa, e no qual o poder do Estado foi reduzido pelos enormes interesses económicos que não respeitam fronteiras. Visto de qualquer ângulo, o panorama é sombrio.

O que fazer? Depende esta questão, claro, está, do caminho que o mundo tomar durante o resto deste século ainda jovem. E prever essa evolução, apontando as oportunidades para um país pequeno, que não controla totalmente o seu próprio destino, é uma tarefa de extrema dificuldade. Estão em aberto questões estratégicas, energéticas e climáticas, todas elas capazes de revolucionar o mundo em que vivemos. União Europeia, Estados Unidos, China e Índia, o mundo árabe, o Brasil, África... como evoluirá o balanço de forças entre estas diferentes potências? Quais são os limites da globalização – quando acabará a “corrida para o fundo”, em termos de salários, que ela representa? Por outro lado, somos confrontados por uma evolução tecnológica estonteante, que não cessa de acelerar: o que será o trabalho no final do Século XXI nas sociedades mais avançadas? Quem o fará? O que será ainda produzido por seres humanos, e em que meio? O que será consumido? De que servirá a educação – deverá estar servir o interesse coletivo, ou o interesse pessoal? Será a saúde tão cara que se torne impossível manter um sistema nacional de saúde, ou tão barata que cada um poderá, sem grande esforço, cuidar de si próprio? Quando acabará a “Guerra ao Terrorismo”? O que significará a mudança climática para Portugal? E em face dessa mudança, se for negativa, valerá a pena resistir, tentando inverter a força da natureza? Não podemos prever o

Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

futuro com segurança. Mas parece-me que é precisamente porque, país pequeno que somos, não podemos ditar a evolução do resto do mundo, nem o ritmo a que esta ocorre, que alguns princípios básicos são necessários, princípios que nos ajudem a enfrentar tempestades futuras sem soçobrar. A minha esperança é que a adopção desses princípios, ou pelo menos a sua discussão, sirva já para fazer os Portugueses acordarem para a situação em que se encontram.

Em primeiro lugar, devemos agir o mais depressa possível nas áreas que são ainda do nosso domínio exclusivo, de forma a facilitar a obra que nos é imposta pelas circunstâncias e assim preparar o futuro. Há certos campos onde isto é possível. O primeiro é o político. Penso chegado o momento de redigir uma nova Constituição, adoptando uma lei fundamental que torne o Estado mais leve e ágil, mais capaz de evoluir de acordo com o evoluir do mundo. As mudanças contidas nessa Constituição deverão começar pelos órgãos de soberania mas englobar também a administração. Menos deputados, eleitos directamente pela população; o fim do sistema de listas; a necessidade de eleições parciais cada vez que um deputado se demitir, para não deixar vagas na representação parlamentar. Semelhante sistema eleitoral, que resulte na maior identificação de cada deputado com o seu círculo, mas também em candidaturas independentes viáveis, e na necessidade de criar consensos de forma a ser eleito, levará a um maior realismo programático por parte dos partidos, mas também a um maior grau de exigência por parte dos eleitores – que poderão seguir as escolhas feitas pelos “seus” deputados – e, por isso mesmo, a uma maior democracia dentro do parlamento. Menos deputados, mais fiscalização dos eleitos pelos eleitores, maiores poderes de fiscalização por parte das comissões parlamentares, governos mais pequenos. E o que realmente interessa neste campo é começar a alterar a relação entre Portugueses e o Estado, criando finalmente um sentimento durador e construtivo de cidadania. Os deveres do cidadão não se podem esgotar com o escrutínio eleitoral. Mais do que qualquer poupança efectuada com a redução da liderança política, o que urge é Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

forçá-la a agir no interesse dos eleitores de cada deputado, pois só assim esses eleitores começarão a ver o Estado como seu, e não uma entidade à parte. O mesmo princípio deverá aplicar-se à União Europeia. Pertencendo a soberania à nação, só poderá ser alienada por esta por sua vontade expressa em referendo. A racionalização da vida pública passará também pelo poder local, demasiado dividido por inúmeras circunscrições.

Esta moralização da vida política deverá ser acompanhada pela moralização da despesa pública. A batalha contra o défice orçamental deve começar pela nova Constituição, que obrigará, salvo situações de emergência, ao equilíbrio das contas públicas, o primeiro dos princípios necessários para salvaguardar o interesse nacional num mundo em mudança constante e imprevisível. E para assegurar este fim, teremos de reconsiderar o papel do Estado. Neste mundo ultra-competitivo em que estamos inseridos, começando pela própria União Europeia, qual o papel ideal do Estado? O que ele faz terá de ser bem feito: mas será mesmo necessário o Estado fazer tudo o que faz, assegurar todos os serviços que neste momento tenta assegurar? Ou será necessário desmantelar o Estado-Previdência montado à pressa depois do 25 de Abril? Não chegou a hora de cada Português, e cada família portuguesa, começar a equacionar um maior custo para a educação da geração seguinte e da sua própria saúde, em detrimento de despesas frívolas? Para que servem os governos civis? São mesmo necessários todos os ramos das Forças Armadas? As várias forças policiais? Têm os CTT de pertencer ao Estado? Tem a TAP, e os aeroportos? Deverá o Estado financiar tantas universidades, e tantos centros de investigação no seio dessas universidades? Para que servem todos os Institutos e Fundações – e porque é que compete ao Estado subvencioná-los? Deverá substituir-se à iniciativa particular em áreas que esta pode desempenhar tão bem quanto ele, ou dedicar-se apenas ao estabelecimento de programas e metas para serem seguidos e atingidos pelos particulares? As coisas não podem continuar como estão, sabemos nós: simplesmente não dispomos da riqueza necessária para que o Estado faça tudo o que o obrigámos a fazer

Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

na Constituição de 1976, por razões históricas e políticas bem definidas, ao qual se junta o *mission creep* a que se assistiu desde então. Devemos rumar em direção de um Estado mais pequeno e muito mais eficiente, norteado por uma Constituição que o desobrigue de actuar nas áreas em que se mostrou ser de pouca eficácia. E toda a administração pública terá de entender que serve a população, e que os seus direitos laborais não se podem sobreviver à margem da capacidade financeira do país. Este será um segundo princípio basilar, decorrente do primeiro.

Uma área em que o seu prestígio do Estado tem sido muito abalado, principalmente aos olhos dos próprios Portugueses, mas por vezes, e com efeitos terríveis, aos olhos de estrangeiros, é a Justiça. É o exercício desta a função primordial do Estado, a sua primeira razão de ser: sem ela nada funciona como deve; sem ela o espírito de cidadania que urge reforçar definha e desaparece, substituído por alternativas que não nos servem do ponto de vista colectivo; sem ela, os investidores nacionais e estrangeiros retraíem-se. Não faltam juízos sobre as causas da lentidão e ineficácia do nosso sistema judicial, mas parece-me que uma solução definitiva terá de ser assente sobre fundações mais sólidas do que as que existem hoje em dia: uma nova Constituição. Deverá portanto a eficiência e rapidez da Justiça formar um terceiro pilar do novo Portugal.

Ao reduzir os custos do Estado, estamos naturalmente a passar parte da sua missão para a iniciativa privada. Os serviços que são neste momento pagos pelo contribuinte em geral terão de passar a ser pagos sobretudo pelos usufrutuários; isso implica que a iniciativa privada terá de crescer de forma a englobar uma fatia muito maior da população que, pagando menos impostos, terá fundos suficientes para assegurar estas despesas. Mas qual o papel desta iniciativa privada, e como estimular o seu crescimento – e como inverter a tradicional aversão ao risco de grande parte dos empreendedores nacionais? Em que áreas poderá ela estabelecer-se, sabendo que não o pode fazer por detrás de muros protecionistas, pois estamos na União Europeia? Como, e onde, produzir a riqueza necessária para gerar os salários que permitam aos Portugueses

Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

pagar pelo menos parte dos serviços essenciais de que beneficiam? E como sobreviver num mundo em que a tecnologia, cada vez mais avançada, de que dependemos, não é produzida em Portugal, mas tem de ser importada?

1. Terá o Estado que agilizar a economia através de uma carga fiscal mais baixa. É melhor recolher menos impostos junto das empresas do que ter de pagar subsídios de desemprego, ou ver os melhores alunos partir para o estrangeiro, uma vez terminados os estudos, por falta de oportunidades. É preciso atrair investimento vindo de dentro e de fora do espaço europeu – precisamos de apresentar uma alternativa atraente aos outros países da União. E isso passa inevitavelmente pela margem de lucro. Sabemos, porém, que o investimento estrangeiro vai e vem; unidades abrem e fecham. Não é o investimento directo estrangeiro, apesar da sua importância inegável, a única solução: O reforço do tecido empresarial nacional é essencial.
2. Parece-me essencial reduzir o papel social do Estado, o que terá consequências a nível do ensino e da saúde. Deverá efectuar-se uma troca: maior contribuição financeira dos utentes, de acordo com os seus meios, em troca de uma maior participação na gestão de escolas, liceus, universidades, hospitais etc. Gozarão estas instituições de maior liberdade do que até agora, sendo os padrões de qualidade e os programas elaborados pelo Governo.
3. Será também necessário rever a lei do mecenato e de patrocínio de instituições culturais, sociais, e de saúde, de forma a reduzir a dependência destas no Estado, e apelar para o esforço voluntário de todos no que toca à manutenção e ao melhor funcionamento destas instituições.
4. É forçoso reduzir a dependência no estrangeiro ao máximo, dentro dos limites impostos pela UE. Quer isto dizer:

- a) Reduzir a dependência energética no estrangeiro, e continuar a aposta nas energias renováveis, sendo o grande objectivo a substituição do petróleo importado. Se por um lado a geração de eletricidade tem de ser separada do consumo de petróleo, por outro os particulares deverão ser forçados a reduzir esse mesmo consumo. Isto implica uma política de estímulo à compra e uso de automóveis eléctricos ou de baixa cilindrada, e de punição fiscal de automóveis de alta cilindrada. Há aqui um grande papel a ser desempenhado por cada português, a demonstração de que cada um pode ajudar o seu país, sendo que o exemplo virá de cima. A era do automóvel como símbolo de sucesso e de autoridade tem de acabar.
- b) Política de estímulo à agricultura (incluindo agricultura biológica, com valor acrescido), especialmente a destinada à exportação. Com uma população mundial que não para de aumentar, e com uma Europa cujos padrões de qualidade também não cessam de subir, desejando porém uma diversificação constante da oferta, a agricultura nacional tem condições novas de expansão. Portugal tem de voltar a produzir, e a produzir bem, colocando os seus produtos nos supermercados de todo o mundo. Mais uma vez, cabe grande responsabilidade aos Portugueses, que têm de ser convidados – mas não obrigados, obviamente – a escolher a produção nacional.
- c) Política de estímulo à Investigação e Desenvolvimento, continuando e intensificando uma política que tem pago dividendos importantes em anos recentes. Uma forma de o fazer seria o oferecimento de incentivos fiscais para as empresas que dedicassem parte importante das suas receitas à I&D.

5. Será necessário renovar, aumentar e diversificar a oferta turística, fazendo-o, porém, de forma a respeitar o equilíbrio ecológico do país e o seu património paisagístico. Servirá essa oferta diversificada para fixar a população no interior e apresentar produtos nacionais, para o qual deverá ser introduzida a obrigatoriedade de especificação da origem de produtos alimentares servidos.
6. Teremos de transformar os espaços urbanos de forma a facilitar alguns dos fins acima enumerados. Conversão e consolidação em vez de construção, de acordo com critérios apertados de qualidade habitacional, consumo de energia, e impacto paisagístico.
7. Devemos reforçar sempre que possível os laços económicos, financeiros e culturais com os países da CPLP, defendendo e promovendo conjuntamente o património histórico, cultural e linguístico comum a esse conjunto de países.
8. Devemos reforçar as ligações existentes entre Portugueses residentes no território nacional e no estrangeiro, e luso-descendentes.

Se tudo isto se conseguir, qual será a aparência do “novo” Portugal? Continuará a existir dentro da União Europeia, mantendo viva, porém, a sua dimensão global, graças à CPLP e às comunidades de Portugueses e luso-descendentes por todo o mundo. A União Europeia não será mais vista como uma panaceia, ou uma cornucópia, mas de forma mais realista – uma associação de Estados na qual o interesse nacional continua a ser defendido por cada membro. Novos passos no aprofundamento das instituições da União, porque aprovados em referendo, serão debatidos como nunca o foram até agora. Também o Estado, desde os órgãos de soberania até à escola primária local, passará a pertencer, como ainda não o fez, à população. Eis o que eu gostaria de ver nascer: um Estado mais pequeno, capaz de concentrar as suas atenções em questões estratégicas; a iniciativa privada pronta a responder às oportunidades que Filipe Ribeiro de Meneses, National University of Ireland, Maynooth. Rascunho. Favor não citar.

surjam no quadro doméstico e internacional; um país em que a geração de riqueza, através da produção, e não da especulação, seja a meta da população, em todos os pontos do território nacional, e onde a justiça seja eficiente e acima de todas as suspeitas; um país competitivo e aberto, mas cioso do seu bom nome e habitado por cidadãos orgulhosos dos seus direitos e dispostos a contribuir para o bem-estar de todos.